

**INSTITUTO DE PESQUISA APICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - IPADES**

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MODO DE PENSAR NO SÉCULO XXI

Francisco Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

A formação de uma sociedade sustentável deve ser o foco da educação ambiental

Antes dos filósofos gregos a realidade era sagrada e ninguém se atrevia a romper os véus de seus mistérios. Foi com eles que o nosso modo de pensar e agir se estabeleceu. O sacerdote e poeta Orfeu e, mais adiante, Pitágoras, Heráclito e especialmente Platão romperam com a visão mítica tradicional e introduziram a cosmovisão antropocêntrica (do grego *antropos*=ser humano), em que a prioridade passa a ser a espécie humana, e não mais aos deuses do passado.

A partir dessa nova visão, imagina-se o ser humano com uma alma superior, imortal, separada do corpo, considerado mortal e inferior. A racionalidade humana é tida como um reflexo da divindade e, sendo assim, tem como missão desvendar todos os segredos da natureza. Essa filosofia é marcada por uma profunda dualidade antagônica: divino e humano; sagrado e profano; espírito e corpo; sociopolítico e religioso, e assim por diante. Durante a Idade Média esse ponto de vista antropocêntrico é aprofundado com o respaldo da Igreja, mesclando-o com os princípios cristãos. A consagração definitiva dessa perspectiva vem com o surgimento das ciências modernas a partir do século XVI.

A idolatria da razão humana começa por rejeitar fortemente o papel castrador da Igreja. Galileu Galilei preferiu ser rejeitado a abandonar seu conhecimento pautado na ciência. Toda a natureza e todo o cosmos, afirma ele, obedecem às leis da matemática. Para conhecer a realidade, argumentou Francis Bacon, não é preciso perguntar ao Papa; basta usar o método adequado, o empírico-indutivo. Na base da ciência está o experimento. Experimentar repetidas vezes, observar e concluir. Para René Descartes é o método analítico-dedutivo. Nele, o todo é a soma das partes. Quando se quer conhecer qualquer componente da natureza, divide-o em partes e as analisa racionalmente e em seguida juntam-se essas partes. Isaac Newton, logo em seguida, disse: *“usando métodos científicos, descobrir-se-á que as leis da natureza são leis universais”*. Sistematizando toda a ciência de

sua época, Newton deixará na sombra o papel dos deuses. Ele mesmo será um novo deus, e suas estátuas serão inauguradas com incontida emoção em todas as universidades europeias. Com base na sua “mecânica” é desencadeado um imenso processo tecnológico. *“O progresso será ilimitado, a modernidade chegou definitivamente”*, disse Augusto Comte. A produção agrícola e artesanal passou a tirar proveito das novas tecnologias e se estabeleceu como *modus operandi* com a Revolução Industrial. Essa cosmovisão foi se introjetando nos indivíduos e na sociedade.

Até o século XVI a economia de mercado existente na Europa era de pequena proporção, visto que os produtos consumidos pelas pessoas eram frutos de seu próprio trabalho. A maior parte dos bens, nessa época, tinha valor de uso e somente os poucos excedentes tinham valor de troca ou de mercado. Mesmo com a expansão da produção agropecuária que veio a seguir, os impactos eram restritos a determinadas áreas e de proporções bastante reduzidas quando comparadas à realidade atual. Com os grandes descobrimentos esse cenário foi se alterando por causa da expansão das economias de mercado e vai se consolidando com a Revolução Industrial e o Liberalismo Econômico. No século XXI, a globalização dos mercados e também da informação fazem com que a visão antropocêntrica seja dominante e exponha seu antagonismo com a pegada ecológica, ou seja, a quantidade de solo e água biologicamente produtivas necessárias para abastecer uma população com recursos renováveis que ela usa, e para absorver ou eliminar os resíduos do uso de tais recursos.

Surge a necessidade de mudança de paradigma, do **Antropocêntrico** para o **Ecocêntrico**. Um novo olhar da realidade se impõe, diferente daquela visão fragmentada concebida nos séculos XVI ao XVIII. A partir da segunda metade do século XX começa a se estabelecer uma visão sistêmica ou holística que está colocando os alicerces de uma concepção totalmente nova do mundo e da natureza, do ser humano e da vida, com o apoio da ciência do nosso tempo, particularmente da Física moderna, da Biologia e da Neurofisiologia. Essa nova concepção vem se tornando, aos poucos, ideia comum nas faculdades; ela passa para nossas escolas e, finalmente, vem fazer eco nas mentes e nos corações das pessoas. É a **Educação Ambiental** ocupando seu lugar na concepção de um novo tipo de sociedade, que deve agir localmente, mas pensar globalmente!

Como afirma Morin (2000), *“a grande esperança para o século XXI é a Cidadania Terrestre, cujos embriões podem ser germinados através da educação ao possibilitar a transmissão do antigo e abrir a mente para o novo”*.

O processo de conscientização da sociedade tem se intensificado em todo o mundo. Constitui a resolução concreta de abordagem dos problemas ambientais, por meio de

enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade, como agente fortalecedor de transformação social. A Educação Ambiental sofreu uma modificação substancial, na década de 1990, em virtude da incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável e da definição de sua missão de formar uma sociedade sustentável. Embasada em políticas públicas nacionais e internacionais, a Educação Ambiental deixa de ter uma conotação naturalista, para ter uma missão socioambiental, exercida por meio de práticas de cidadania e responsabilidade socioambiental.

O objetivo passa a ser a instrumentalização da adoção responsável de novos valores, hábitos, comportamentos e relações pessoais, interpessoais, e com todas as coisas ao seu redor, refletindo no consumo e na exploração dos recursos naturais e da geração de resíduos. Isto porque se observarmos o lugar onde estamos conclui-se que tudo é obtido por meio dos recursos naturais existentes no planeta Terra. Tais recursos são finitos e apresentam um alto risco de degradação que representa ameaça à vida. Portanto, tudo corre o risco de acabar. A consciência de que tudo que existe de concreto ao nosso redor é, direta ou indiretamente, um recurso natural, aumenta nossa responsabilidade de reagir, de se permitir mudar, a fim de que as perspectivas futuras das crianças e dos jovens não acabem.

Se a Educação Ambiental não conseguir mudar a atitude das novas gerações diante da vida e da natureza, provavelmente não haverá futuro, nem vida, nem natureza. O século XXI nos dirá se conseguirá ou não, esperamos e devemos trabalhar para que sim.

Para que se iniciem imediatamente tais mudanças, a Educação Ambiental tem de aproveitar as circunstâncias que se apresentam na prática social, identificar o que é favorável e o que é desfavorável e sobre ela construir a oportunidade de mudança. Assim, ela poderá contribuir para mudar o modo de pensar e de agir na relação homem e natureza, neste século XXI.

A Educação Ambiental passou a ter objetivos e princípios norteadores para o seu desenvolvimento e estratégias nas atividades do ensino formal e informal, incluindo o ambiente antrópico, além do natural, a partir da *1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ou Conferência Tbilisi*, em 1977. No Brasil, em 1994 foi instituído o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), e em 1999 surgiu a Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei nº 9.795, estabelecendo as linhas de atuação formal e não formal, para promover ações que estimulem a visão crítica e a postura proativa por parte de todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIA

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000. 2ª edição.